

Recessão

Desigualdades vão aumentar

Tombo recorde do PIB neste ano, de mais de 6%, ampliará o fosso que separa ricos e pobres. Renda per capita do país só voltará aos níveis de 2013 em 2029. PÁGINA 6

Desigualdade social e regional tende a se aprofundar no rastro da crise provocada pela pandemia da covid-19, da qual o Brasil sairá mais pobre. Para alguns especialistas, só em 2029 o brasileiro deve recuperar a renda que tinha em 2013

País terá retomada lenta e desigual

» ROSANA HESSEL

Com a pandemia de covid-19 deixando um rastro de destruição na economia global, a certeza entre especialistas é de que a desigualdade vai aumentar mais ainda no planeta. O Brasil, onde há mais de 64 mil mortes contabilizadas oficialmente e um dos maiores volumes de pessoas contaminadas no mundo, acima de 1,6 milhão, não é diferente. O fosso que separa ricos e pobres vai ficar ainda mais profundo diante da uma expectativa de retomada lenta e desigual nas diferentes regiões do país, devido às idas e vindas das medidas de isolamento social.

Para analistas, a recessão sem precedentes que se formou terá efeitos devastadores no mercado de trabalho e na economia, pois a renda do trabalhador tende a encolher e terá recuperação mais lenta do que a do Produto Interno Bruto (PIB) como um todo.

Vale lembrar que o país já vinha apresentando crescimento fraco desde 2017, após a recessão dos dois anos anteriores, avançando em um ritmo de 1% ao ano. Esse percentual é a capacidade de crescimento do país, o chamado PIB potencial, de acordo com o economista Rafael Bacciotti, analista da Instituição Fiscal Independente (IFI), que prevê queda de 6,5% no PIB neste ano. "O potencial de crescimento da economia foi de 1,5% de 2011 a 2018, ante 4% entre 2005 e 2010. O PIB está em trajetória de desaceleração", explica. "O país perdeu o gás devido à perda de produtividade."

Diante da falta de capacidade para crescer, a desigualdade voltou com força nos últimos três anos, o que pode ser percebido não apenas no aumento da pobreza, mas, também, no mercado de trabalho. No trimestre encerrado em maio, quando a taxa de desemprego subiu para 12,7%, o índice de pessoas ocupadas caiu a 49,5%. É a primeira vez que esse indicador fica abaixo de 50% na série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em 2012.

Emergência

"Ainda é cedo para medir todo o impacto da crise, mas quem está na informalidade e depende do comércio ou de serviços foi duramente afetado. Somente os trabalhadores do setor público não tiveram redução dos salários", destaca o economista Ecio Costa, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Costa fez um levantamento mostrando que o impacto do auxílio emergencial de R\$ 600 está sendo positivo para minimizar as perdas dos trabalhadores informais e dos mais pobres, especialmente do Norte e do Nordeste. Contudo, o benefício não é suficiente para evitar os danos da recessão. Para o economista, o PIB deve cair 6,5% neste ano. "O impacto será mais forte nas classes mais baixas, porque a principal fonte de renda de muitas pessoas foi cortada na pandemia, e ainda vai demorar para se recuperar", destaca.

Ele reconhece que o Brasil ainda não chegou ao pico da primeira onda de contágio, e uma possível segunda onda, como está começando a se formar em países que reduziram os casos, pode ser ainda mais devastadora, como aconteceu no início do século passado com a gripe espanhola. Essa pandemia que, na verdade, foi originada nos Estados Unidos, teve três ondas e matou mais de 50 milhões de pessoas no mundo.

Os diferentes estágios da covid-19 nas regiões brasileiras também devem proporcionar uma retomada desigual, avalia Costa. "Se vai haver uma segunda onda, ou se essa primeira onda

será bem prolongada, ainda não sabemos. Agora, estamos vendo a expansão da doença para o interior. Cidades como Recife começam a retomar as atividades gradualmente, mas, no interior, a situação está ficando mais preocupante", avalia.

Jefferson Nascimento, coordenador de Pesquisa e Incidência em Justiça Social e Econômica da Oxfam Brasil, reforça que a desigualdade social vai aumentar com a recessão. "Os dados de emprego já mostram que isso está ocorrendo, pois, considerando que a desigualdade já tinha voltado a aumentar nos últimos três anos, agora, com a desaceleração mais forte da eco-

nomia, deve piorar", afirma.

Informalidade

O advogado lembra que os dados de emprego, quando davam algum sinal de melhora, como ocorreu no início do ano, na verdade, mostravam mais a precarização do mercado de trabalho. "A redução do número de desempregados ocorria porque estava aumentando a informalidade, que bateu o recorde de 41%, totalizando 38,4 milhões de trabalhadores. Agora, até o trabalho informal está sumindo na recessão", destaca Nascimento. "No fim de maio, a Pnad registrou o fechamento de 7,8 milhões de postos

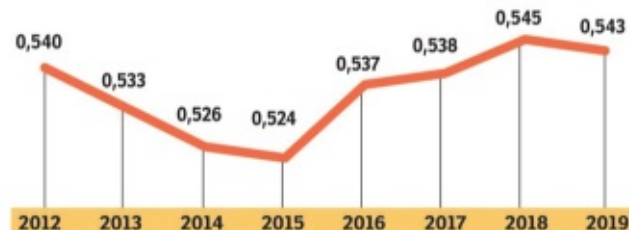
de trabalho, dos quais 5,8 milhões eram informais. A pandemia vai escancarar o fato de que a precarização do mercado de trabalho já vinha contribuindo muito para o aumento da desigualdade."

Um dos maiores estudiosos do país sobre desigualdade no país, o economista Marcelo Neri, diretor do FGV Social, da Fundação Getúlio Vargas, faz um alerta. "Não só a pancada em 2020 é muito grande, mas a recuperação em 2021 ainda tende a ser menor do que a de outros países, porque a pandemia pega o Brasil logo depois de uma recessão forte, entre 2014 e 2016, da qual o país ainda não tinha saído completamente", pontua.

Baque forte

Devido ao forte impacto da crise provocada pela pandemia da covid-19, Brasil deve ter uma recuperação mais lenta do que em outros países e deve registrar piora no quadro de desigualdade, retrocedendo os ganhos do passado nesse sentido

ÍNDICE GINI DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DOMICILIAR PER CAPITA — EVOLUÇÃO



EVOLUÇÃO DO ÍNDICE GINI POR REGIÕES

	2018	2019
Norte	0,551	0,537
Nordeste	0,545	0,559
Centro-Oeste	0,513	0,507
Sudeste	0,533	0,527
Sul	0,473	0,467

Obs.: O Índice de Gini é um indicador para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, mostrando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um e, quanto mais perto de 1,0, maior é a desigualdade. Enquanto isso, o valor zero representa a situação de igualdade de renda.

RETROCESSO

Com a recessão, processo de retomada do PIB per capita em dólares não deve recuperar o pico de 2013. Veja para onde vão as projeções da Tendências

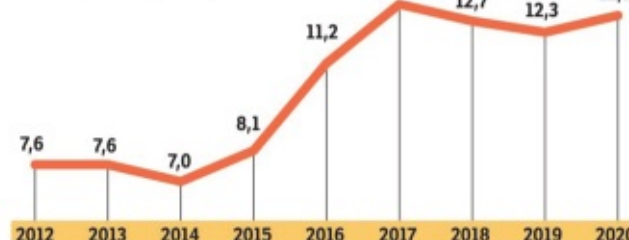
	PIB	PIB per capita	PIB per capita nível (base 1999=100)
2000	4,4	1,6	101,6
2005	3,2	2,0	109,7
2010	7,5	6,8	129,8
2013	3,0	0,9	138,0
2014	0,5	-0,4	137,5
2015	-3,5	-4,4	131,5
2016	-3,3	-4,1	126,2
2017	1,3	0,5	126,8
2018	1,3	0,5	127,4
2019	1,1	0,3	127,9
2020*	-7,3	-8,0	117,7
2021*	3,4	2,6	120,7
2022*	2,1	1,4	122,4
2023*	2,4	1,7	124,5
2024*	2,7	2,0	126,9
2025*	2,6	2,0	129,4
2026*	2,3	1,7	131,6
2027*	2,5	2,0	134,2
2028*	2,3	1,8	136,6
2029*	2,4	1,9	139,2

*Projeção da Tendências Consultoria

MAIS DIFICULDADES

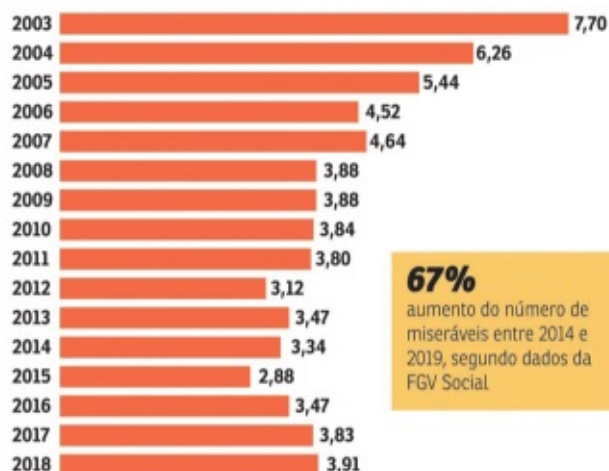
Com a recessão, o desemprego aumentando e percentual empregado está encolhendo e já é o menor da série histórica da Pnad Contínua, iniciada em 2012

TAXA DE DESOCUPAÇÃO Mar-abril-mai (em %)



Fontes: IBGE, Tendências Consultoria, FGV Social e Capital Economics

CONTINGENTE DE PESSOAS VIVENDO NA EXTREMA POBREZA DEVE CONTINUAR A CRESCER (% da população mais pobre)



67%

aumento do número de miseráveis entre 2014 e 2019, segundo dados da FGV Social

*População vivendo com renda de US\$ 1,25 por dia per capita, conforme levantamento da FGV Social com base nos dados da Pnad/IBGE. Último dado disponível, mas taxa vem aumentando.

RETOMADA LENTA

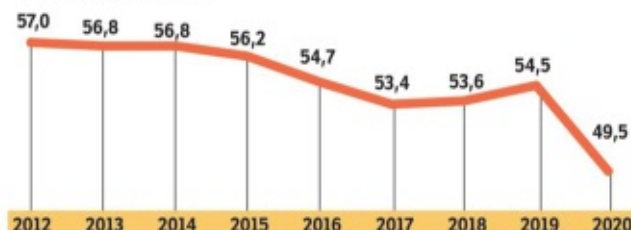
Ao comparar desempenho do PIB brasileiro na América Latina, a taxa de recuperação do país em 2021 está abaixo da média e é inferior à da maioria dos vizinhos

Veja as previsões da Capital Economics para a região

	2019	2020	2021	2022
Brasil	1,1	-8,0	3,5	2,0
México	-0,3	-8,0	5,0	2,0
Argentina	-2,2	-10,0	5,5	1,0
Colômbia	3,3	-7,0	5,0	2,0
Chile	1,1	-5,0	6,0	3,0
Peru	2,2	-8,5	11,0	3,5
Venezuela	-40	-25,0	5,0	10,0
Uruguai	0,2	-6,0	3,0	2,0
América Latina	0,6	-7,9	4,8	2,0
Mundo*	2,9	-4,9	5,4	n/c

*Projeção do FMI

NÍVEL DE OCUPAÇÃO Mar-abr-mai (em %)



Pior do que os vizinhos

Devido ao fraco potencial de crescimento, o Brasil vai ter uma retomada mais lenta do que os países vizinhos, pelas estimativas do mercado. Segundo a consultoria Capital Economics, depois de ver o Produto Interno Bruto (PIB) desabar 8% neste ano, o Brasil vai crescer menos do que a média da América Latina. Pelas projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brasil deve encolher 9,1%, enquanto o PIB global terá retração de 4,9%.

Além disso, a renda per capita vai demorar, pelo menos, de três a quatro anos para voltar ao período pré-crise, pelos cálculos da economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria. Para piorar, enquanto o PIB deve encolher 7,5% neste ano, pelas projeções da Tendências, a renda per capita cairá mais: 8%. Com isso, voltará aos patamares de 2007.

"Vai ser um baque bem grande. A recomposição dessa perda será demorada. Considerando o PIB per capita crescendo 2% em 2021 e, depois, a uma média de 1,7%, vamos recuperar o patamar pré-crise em 2024, e o do pico registrado em 2013 apenas em 2029", calcula Alessandra.

"A pandemia afeta mais o trabalhador informal, que tem menor qualificação, com menos escolaridade, e, conseqüentemente, menor renda. Nesse sentido, aprofunda a desigualdade social", aponta a economista. "Essa crise também tem efeitos regionais bem expressivos, e será necessária uma agenda bem elaborada pelo governo para minimizar esses impactos."

Periferias

Na avaliação de Jefferson Nascimento, da Oxfam Brasil, a recuperação da economia não será uniforme e, muito menos, acelerada, como promete Paulo Guedes. "Esse é um aspecto cruel da pandemia," afirma. Ela está ganhando força no interior e nas periferias, onde as pessoas não têm saneamento básico nem espaço em casa para fazerem o isolamento social", lamenta. "As cidades que estão fazendo a reabertura estão mais preocupadas com o lado da oferta do que da demanda. O consumo não será mais o mesmo. As pessoas vão mudar os hábitos", afirma.

Marcelo Neri, diretor do FGV Social, pondera que a generosidade do auxílio emergencial de R\$ 600, que foi prorrogado por mais dois meses, ajuda a minimizar os danos da recessão, "mas é insustentável a médio e longo prazos" porque o governo não tem recursos suficientes.

Para a economista Tatiana Roque, vice-presidente de Rede Brasileira da Renda Básica, uma das formas de ajudar o país a ter uma retomada mais acelerada é avançar em um programa de renda básica permanente. "Ele tem o potencial de fazer com que a economia se movimente mais rápido, porque dá possibilidade de sobrevivência e de consumo aos mais pobres", aponta. (RH)